



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA  
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – DIPOA  
ASSESSORIA DO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE  
ORIGEM ANIMAL

Memo Nº 019 / 2014

Em, 03 de Julho de 2014

Ao: Chefes de SIPOA, SISA e SIFISA

Assunto: **Trânsito e recebimento por SIF de produtos oriundos do SISBI.**

Caros Senhores

Conforme parecer da CONJUR/MAPA, em anexo, é permitido o recebimento de produtos oriundos de estabelecimentos registrados em Serviços de Inspeção Estaduais e/ou Municipais aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e cuja equivalência tenha sido reconhecida pelo MAPA.

Lembra-se que tais produtos devem ser destinados **somente ao mercado interno** uma vez que os estabelecimentos de origem não são habilitados à exportação.


Os Estabelecimentos sob SIF, exportadores, que receberem produtos com a logomarca do SISBI devem manter registros auditáveis da segregação entre esses produtos e os produtos habilitados à exportação a fim de não comprometer as respectivas habilitações.

Atenciosamente,

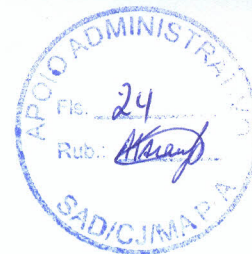
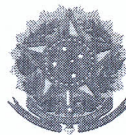


Fernando Fagundes Fernandes  
Fiscal Federal Agropecuário  
Carteira de Identificação Fiscal nº 121  
SISBI POA/DIPOA/SDA

De acordo em, 03/07/2014



Clóvis Augusto Versalli Serafini  
Fiscal Federal Agropecuário  
Diretor Substituto do DIPOA



ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DA AGROPECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

**PARECER Nº 119 /2014/CGAJAA/CONJUR/CGU/AGU**

PROCESSO Nº 21000.002740/2014-64

INTERESSADA: Secretaria de Defesa Agropecuária.

ASSUNTO<sup>1</sup>: Comércio interestadual. SISBI. SIF. SIE. SIM.

Consulta. Legalidade do comércio entre estabelecimentos sob fiscalização federal (SIF), estadual (SIE) e municipal (SIM), quando estes tiverem aderido ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI.

Senhor Coordenador-Geral,

Trata-se de análise, nos termos da Lei Complementar 73, de 1993, do Processo em epígrafe iniciado em decorrência de consulta formulada pela Assessoria do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária deste Ministério.

2. Na consulta, veiculada no Memorando nº 11/2014, fls. 2/3, aponta-se que diversos Fiscais Federais Agropecuários questionam o recebimento por estabelecimentos sob fiscalização federal (SIF) de produtos oriundos de estabelecimentos sob fiscalização estadual (SIE) e municipal (SIM) quando estes tiverem aderido ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI.

3. Argumenta-se que, a exceção do artigo 14 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, não há outro dispositivo legal sobre o tema.

4. Aponta-se que para se aderir ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI, os estados e os municípios devem ter os seus sistemas (SIE e SIM) equivalentes ao sistema federal (SIF).

5. Relata-se que a única norma existente sobre o trânsito de produtos oriundos de estabelecimentos com SISBI é o Ofício Circular nº 01, de 2011, e que o comércio de produtos entre esses estabelecimentos já existe e tende a aumentar na medida em que estabelecimentos sob SIE e SIM forem aderindo ao SISBI.

6. Após esses relatos, indaga a consulente sobre a legalidade desse comércio entre estabelecimentos sob fiscalização federal (SIF), quando originários de estabelecimentos sob fiscalização estadual (SIE) e municipal (SIM) quando estes tiverem aderido ao SISBI, e, ainda, sobre a necessidade de se regulamentar esse tema.

7. Analisamos essa indagação no Parecer nº 86/2014/CGAJAA/CONJUR/CGU/AGU, fls. 17/19.

8. Todavia, reclama o consulente que a resposta não ficou suficientemente clara ou não ficou respondida nos termos perguntados, conforme demonstrado no Memorando nº 16/2014, fls. 21.

<sup>1</sup> CGUGestão: 22.5 – Manifestação formal em consulta formulada pelas áreas técnicas.





9. É o relatório.

10. Conforme relatado, indaga a consulente sobre a legalidade do recebimento por estabelecimentos sob fiscalização federal (SIF) de produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos sob fiscalização (SIE) e municipal (SIM) quando estes tiverem aderido ao SISBI.

11. Nessa questão, a consulente cita que a única regulamentação a respeito é o artigo 14 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, aprovado pelo Decreto 30.691, de 1952, *verbis*:

Decreto 30.691/1952

[...]

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

[...]

Art. 14 Nos estabelecimentos de carnes e derivados sob inspeção da D.I.P.O.A, a entrada de matérias primas procedentes de outros sob fiscalização estadual ou municipal, só é permitida, a juízo da mesma Divisão.

[...]

12. Como se observa, esse dispositivo permite o recebimento de produtos de origem animal em estabelecimentos sob fiscalização federal oriundos de estabelecimentos sob fiscalização estadual e municipal a **juízo do órgão federal**.

13. Não obstante, cita a consulente que **não** existe regra específica disciplinando essa questão.

14. Com efeito, o artigo 151 do Regulamento aprovado pelo Decreto 5.741, de 2006, estabelece o seguinte, *verbis*:

Decreto 5.741

[...]

REGULAMENTO DOS ARTIGOS 27-A, 28-A E 29-A DA LEI Nº 8.171, DE 1991.

[...]

Art. 151. Os serviços públicos de inspeção vinculados aos Estados da Federação, ao Distrito Federal e aos Municípios solicitarão ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a verificação e o reconhecimento de sua equivalência **para a realização do comércio interestadual**, na forma definida pelos procedimentos de adesão aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários. (g. n.)

[...]

15. Como se observa este dispositivo estabelece que uma vez aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Pecuários – SISBI/POA o comércio interestadual fica autorizado, independentemente de qualquer outra regra.

16. Nesse contexto, se o comércio interestadual fica autorizado entre estes estabelecimentos com a adesão a esse Sistema, a regra que estabelecia que esse comércio interestadual só era permitida quando o estabelecimento estivesse sob fiscalização federal ficou derogada. É que se a fiscalização é equivalente não há razão para essa restrição.

17. Essa é a nova leitura que se deve fazer do sistema de inspeção.

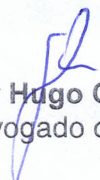
18. Assim, uma vez estipulado que o comércio interestadual é permitido para os estabelecimentos sob fiscalização estadual e municipal quando estes sistemas tiverem aderido ao SISBI/POA **não** há razão jurídica para que os estabelecimentos que estão sob fiscalização federal (SIF) não possam receber produtos originários daqueles estabelecimentos.

19. Bem assim, entendemos, salvo melhor juízo, que não é necessário a edição de outra regra jurídica, uma vez que o seu objeto seria apenas explicitar o que já está disciplinado.

20. **Diante do exposto**, e do que mais nos autos consta, opinamos, s.m.j., no sentido de que é possível o recebimento de produtos de origem animal por estabelecimento sob fiscalização federal (SIF) originários de estabelecimentos sob fiscalização estadual (SIE) e municipal (SIM) quando estes tiverem aderidos ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI, com fundamento no artigo 151, do Regulamento aprovado pelo Decreto 5.741, de 2006.

É o Parecer.

Brasília/DF, 24 de junho de 2014.

  
**Vitor Hugo Casanova**  
Advogado da União

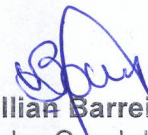


**DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL/CGAJAA Nº 66 /2014/CONJUR/MA/CGU/AGU**

De acordo<sup>2</sup>.

À Consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Brasília/DF, 24 de junho de 2014.

  
**Willian Barreiros**  
Coordenador-Geral da CGAJAA

<sup>2</sup> CGUGestão: 25.3 – Despacho de aprovação em manifestação jurídica.





**DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO Nº 220 /2014/CONJUR/MAPA/CGU/AGU**

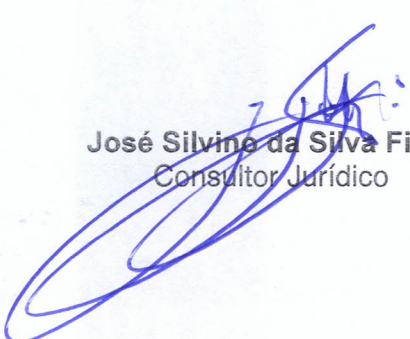
PROCESSO Nº 21000.002740/2014-64

INTERESSADA: Secretaria de Defesa Agropecuária

ASSUNTO: Comércio interestadual. SISBI. SIF. SIE. SIM.

1. Aprovo<sup>3</sup> o Parecer nos termos consignados pelo Advogado da União Vitor Hugo Casanova e aquiescido pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos da Agropecuária e do Abastecimento, o Advogado da União Willian de Oliveira Barreiros, no Processo em epígrafe, por guardar os aspectos de constitucionalidade e legalidade.
2. Restitua-se, com as cautelas de estilo, o processo acimado ao(à) Interessado(a) acima identificado(a), com esse entendimento.

Brasília DF, 24 de junho de 2014.

  
**José Silvino da Silva Filho**  
Consultor Jurídico

<sup>3</sup> CGUGestão: 25.3 – Despacho de aprovação em manifestação jurídica.